

VIDA DE RAPHAEL PINTO BANDEIRA: UMA ANÁLISE DAS FORMAS DE ESCRITA DA HISTÓRIA EM ALCIDES CRUZ

LIFE OF RAPHAEL PINTO BANDEIRA: AN ANALYSIS OF THE HISTORICAL METHOD IN ALCIDEZ CRUZ

Vinicius Furquim de Almeida¹

RESUMO

O presente artigo pretende apresentar algumas reflexões sobre as formas de escrita da história no livro de Alcides Cruz, *Vida de Raphael Pinto Bandeira*, publicado em 1906. Tais reflexões evidenciam que a obra tece narrativas regionalistas e nacionalistas, além de contribuir para a construção mitológica do biografado. O objetivo deste texto também é a apresentação de alguns aspectos da vida de Cruz, um professor negro, advogado e congressista, que foi membro do Partido Republicano Rio-grandense durante o período da Primeira República além de ter sido um dos fundadores da Faculdade de Direito de Porto Alegre.

Palavras-chave: Biografia. Historiografia. Alcides Cruz. Intelectual.

ABSTRACT

*This paper intends to present some reflections on the methods of writing History in Alcides Cruz's book, *Vida de Raphael Pinto Bandeira*, published in 1906. These thoughts show that the work creates regionalist and nationalistic narratives, in addition to contribute to the construction of his mythological biography. This text's goal is also the introduction of some aspects of Cruz's life, a black professor, lawyer and congressman, who was a member of the Riograndense Republican's party during the period of the Primeira República, and also one of the founders of Porto Alegre's Law School.*

Keywords: Biography. Historiography. Alcides Cruz. Intellectual.

INTRODUÇÃO

O passado não decorre, portanto, de mera passagem do tempo, mas de sua significação como passado, que pode ter diferentes conexões e sentidos para um tempo que se denomina presente. A definição do passado implicará neces-

¹ Possui graduação em História - Licenciatura pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2015). Tem experiência de pesquisa na área temática do Pós-abolição no Rio Grande do Sul, especialmente na cidade de Porto Alegre. Atualmente desenvolve pesquisa sobre a trajetória intelectual do professor e escritor negro Alcides de Freitas Cruz.

sariamente uma seleção, quer seja de eventos memoráveis, quer seja de obras e autores canônicos para um campo de conhecimento, como é o caso de Capistrano e sua produção como autor de história.²

Este texto tem por objetivo a análise da obra *Vida de Raphael Pinto Bandeira*, escrita por Alcides Cruz, com o intuito de identificar em que medida traços de uma escrita regionalista e, em última análise, nacionalista está presente naquela construção textual, bem como apresentar brevemente alguns aspectos da trajetória do autor. Antes de ser um estudo aprofundado sobre as formas de construção discursiva e de sua projeção na sociedade, este texto se preocupa em fazer uma análise do que nos apresenta a superfície do próprio texto, seus eventuais significados e sentidos mais apreensíveis.

Em sua reflexão sobre os constitutivos autorais, o filósofo Michel Foucault sustentava que era chegada a hora de refletir sobre os textos não mais por sua forma e valor expressivo, mas em suas modalidades de existência, isto é, em sua circulação, apropriação cultural e articulação social, dentre outros fenômenos que envolvem o autor e sua obra³. A reflexão que se apresenta é conscienciosa do caminho apontado pelo mestre francês. Por outro lado, também o é das impossibilidades e dificuldades apresentadas pelo próprio texto em análise. Assim, é forçoso dizer que o texto de Alcides Cruz não será aqui esgotado.

1 O Livro e o Autor

Vida de Raphael Pinto Bandeira foi publicada em 1906 pelas “Officinas typographicas da Livraria Americana”, trazendo 109 páginas de texto, das quais 8 se organizam nas seções “appendice” e “bibliographia”, além de contar com 4 figuras: três mapas ao fim e um esboço da imagem do biografado na folha de rosto. Na capa pode-se ler, logo abaixo do título: “ligeiras notas esparsas para a biographia do heróe continentino”⁴. A *Livraria Americana* naquele início de século era uma das principais casas de comércio de livros de Porto Alegre, tendo iniciado suas atividades algumas décadas

2 GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. Do litoral para o interior: Capistrano de Abreu e a escrita da história oitocentista. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. (Orgs.) *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

3 FOUCAULT, Michel. O que é um Autor? In: _____. *Estética: literatura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

4 Sempre que citados diretamente, os excertos da obra serão mantidos em sua grafia original.

antes, ainda no Oitocentos. De catálogo variado, dividia com a *Livraria Universal* e a *Livraria do Centro* (mais tarde *Livraria do Globo*) o protagonismo da distribuição de livros da capital⁵. Neste sentido, a historiadora Elisabeth Torresini informa:

A Livraria Americana oferecia um estoque completo de livros de todas as categorias. Além dos anúncios extensos e variados em diversos jornais, publicou o Catálogo de livros da Livraria Americana, remetendo-o gratuitamente aos solicitantes. Em poucos anos, ampliou seus negócios, abrindo uma filial na cidade de Rio Grande. De 1889 e 1917 publicou o Almanaque literário e estatístico do Rio Grande do Sul, dirigido por Alfredo Ferreira Rodrigues.⁶

O livro está dividido em 12 seções que tratam de temas que vão da descrição física da região em que se estabeleceram os ancestrais de Pinto Bandeira (1. *A região dos Patos*) passando pela narrativa das lutas do “herói continentino” contra os espanhóis (8. *Grande revez dos hespanhóis*), até as informações sobre os últimos dias e a morte do biografado (11. *A melhor espada brasileira do século XVIII*; 12. *General á antiga*). Não há um prefácio informativo ou que encaminhe a leitura, ficando o texto do “appendice” como o espaço mais informativo sobre o porquê da realização da obra. Ainda que um tanto extensos, apresento os excertos iniciais do apêndice no intuito de evidenciar tanto a postura de Alcides Cruz diante do público leitor, quanto a função própria do texto, isto é, concluir a obra:

Este é um fugitivo bosquejo biographico do paladino emérito, sem par nem precedente, que encheu de fama não sómente o Rio Grande do Sul no primitivo periodo da sua formação politica e social, *mas o Brasil inteiro*.

Talvez mesmo seja menos que um esboço biographico. Quando muito, *uma recolta de notas* nem sempre dispostas ordenadamente; porque já agora parece impossivel o superar a immensidade de insuppriveis lacunas na retumbante historia do fronteiro rio-grandense.

Estudo, senão definitivo (outros tenham tamanha pretensão, não nós) quando muito – methodico, dos fastos de Raphael Pinto

5 PESAVENTO, Sandra Jatahy. O que se lia na velha Porto Alegre: do romance da vida para a vida levada como um romance. In BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. (Orgs.) *Impresso no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

6 TORRESINI, Elisabeth W. Rochadel. Breve história da circulação de livros, das livrarias e editoras no Rio Grande do Sul (séculos XIX e XX). In BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. (Orgs.), op. cit. p. 245.

Bandeira, essa figura insinuante e sedutoramente grata ao coração dos seus conterrâneos, *quicá ainda um dia se possa conseguir. Por ora é quase impossível.*⁷

Os parágrafos acima foram trazidos à baila por concentrarem em si, em grande medida, o teor do texto que os precederam. No primeiro, temos a elevação do biografado ao patamar de herói não só do Rio Grande do Sul, mas do Brasil; no segundo, o escritor que não assume para si o epíteto de “historiador”, mas que externa seu hábito de pesquisador, aquele que junta “fragmentos”; no terceiro, a menção e o reconhecimento do método como prática importante na definição de uma pesquisa e de uma escrita. Alcides não considerava o seu texto como a definitiva biografia de Bandeira, mas sugeria, assim, as ferramentas para a construção das tentativas que se pretendessem assim⁸.

Quando da publicação de *Vida de Raphael Pinto Bandeira*, Alcides Cruz já era figura conhecida em sua cidade natal, Porto Alegre. Nascido em 1867, Cruz atuou em diversas atividades públicas, passando a integralidade de sua trajetória vinculada ao funcionalismo estatal e politicamente ao Partido Republicano Rio-grandense⁹. O neto da parda Estefânia Maria da Conceição¹⁰ formou-se em direito na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1897¹¹, e do ano de 1897 até o ano de seu falecimento, em 1916, foi deputado estadual pelo Rio Grande do Sul. Em 1900 envolveu-se com a for-

7 CRUZ, Alcides. *Vida de Raphael Pinto Bandeira*: ligeiras notas esparsas para a biographia do heróe continentino. Porto Alegre: Livraria Americana, 1906, p.I.grifos meus. A contagem das páginas na edição inicia na de número 10 e vai até a de número 104. A partir do apêndice, as páginas passam a ser contabilizadas em algarismos romanos.

8 É curioso observar que em 1999, decorridos mais de 90 anos da publicação da obra, o historiador Augusto da Silva reputava a biografia de Cruz como a mais completa sobre o personagem. Provavelmente Cruz não imaginasse a longevidade de sua produção. Ver o importante estudo de: SILVA, Augusto da. *Rafael Pinto Bandeira*: de bandoleiro a governador. Relações entre os poderes privado e público no Rio Grande de São Pedro. 1999. Dissertação (Mestrado)– PPGH, UFRGS, Porto Alegre, 1999.

9 FRANCO, Sérgio da Costa. Homens de letras e a política: a política rio-grandense ao tempo do castilhismo-borgismo. In: *Revista Mêtis*: história e cultura, Caxias do Sul, v.2, n.4, p. 263-271, jul/dez. 2003.

10 Estefânia Maria da Conceição era avó materna de Alcides, tendo falecido em 1884, com a idade de 90 anos. Ainda não foi localizado o seu batismo, ficando, apenas o registro de óbito, no qual ela é declarada “parda”. Ver Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre - AHCOMPA, registros da Catedral, Livro 15, p.40. Agradeço à responsável pelo arquivo, Vanessa Gomes de Campos, pela busca e mapeamento da genealogia de Cruz.

11 MAIA, Júlio Joaquim Gonçalves. *Lista Geral dos Bachareis e Doutores formados pela Faculdade de Direito de S. Paulo e dos Lentes e Directores Effectivos até 1900*. São Paulo: Secretaria da Faculdade de Direito de São Paulo, 1900.

SANTOS, João Pedro dos. *A Faculdade de Direito de Porto Alegre*. Porto Alegre: Síntese, 2000.

mação/fundação da Faculdade de Direito de Porto Alegre, sendo professor da mesma¹². Alcides Cruz contribuiu com periódicos da capital, como *A Federação* (órgão oficial do PRR), além de ter publicado um ensaio histórico na *Revista Renascença* do Rio de Janeiro e de ter coeditado a revista *Gazeta do Foro* (1902/1903), em sociedade com Aurélio Veríssimo de Bitencourt Jr. e Loureiro Chaves¹³. Além destas publicações, escreveu um estudo sobre Direito Administrativo, editado por outra importante casa da capital, a *Editora Gundlach* (1910), e sobre Direito Civil, publicado postumamente em 1917, pela *Livraria Francisco Alves*, de São Paulo¹⁴. Advogado, professor, parlamentar, doutrinador jurídico, pesquisador, escritor: são essas algumas das faces do autor do “bosquejo biographico” de Rafael Pinto Bandeira.

2 As faces do homem e o Partido Republicano Rio-grandense como lugar.

Nem complacente, nem membro, *a contrario*, de qualquer pelotão de fuzilamento da história, o historiador dos intelectuais não tem como tarefa nem construir um Panteão, nem cavar uma fossa comum.¹⁵

Para a análise que se segue - e mesmo à pesquisa autoral como um todo - uma inquietação se ergue: como definir os sujeitos que produziram textos em distintos gêneros e que atuaram em várias “frentes” na esfera pública a partir de sua projeção pelas letras, em especial para aqueles que o fizeram em momento histórico pretérito às definições mais restritas dos campos do conhecimento científico como conhecemos hoje? Há pouco mencionei as várias faces de Alcides Cruz, e o fiz em tom afirmativo. Po-

12 O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul publicou neste ano de 2016, por ocasião do centenário da morte de Cruz, um resumo biográfico em seu portal virtual. Algumas informações trazidas neste texto foram retiradas desta publicação. Ver: *HOMENAGEM a Alcides Cruz no centenário de sua morte*. Porto Alegre: IHGRGS, 2016. Disponível em: <<http://www.ihgrgs.org.br/fragmentos/Biblioteca%20-20Homenagem%20Alcides%20Cruz.pdf>>. Acesso em 30 de março 2016. Sobre a participação de Cruz na fundação da Faculdade, ver também: GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

13 SANTOS, op. cit. p. 68.

14 Além destas publicações, foi possível localizar até o momento uma tradução de Cruz para a obra *Princípios Gerais de Direito Constitucional dos Estados Unidos da América*, de Thomas Cooley, publicada em 1909 pela Editora Carlos Echenique/ Livraria Universal, outra para a obra *O Jogador*, de Dostoiévsky, publicada em 1892 pela Livraria Americana, além de *Epítome da Guerra entre o Brasil e as Províncias Unidas do Prata*, de 1907, publicada pela Livraria do Comercio.

15 SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (Org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

rém, é inevitável pensar: em que momento fala-se do professor? E do advogado doutrinador? E do pesquisador que não se assumia como historiador, mas que conhecia as diretrizes formadoras daquela prática? Essa separação é viável, ou seria mais proveitoso condensar (sem esmaecer as especificidades) as práticas em um epíteto? Se sim, qual seria?¹⁶.

O historiador Jefferson Martins, ao teorizar sobre o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) como *espaço* de atuação de intelectuais no segundo quartel do século XX, concluiu que as definições fechadas de “intelectual” não possuem sustentação, principalmente pelas características *polimorfos* e *polissêmicos* do termo, bem como pelas *incertezas lexicais* advindas das distinções culturais de seu uso.¹⁷ Martins procura, assim, identificar a projeção dos indivíduos à definição de intelectual a partir do *espaço* no qual se reúnem e ao qual atribuem importância como agregador da produção do saber. Para o seu caso, este espaço era o IHGRGS.

Se levarmos em consideração a perspectiva de espaço de que falou Martins, podemos imaginar ao menos dois para o caso de Alcides Cruz: a Faculdade de Direito de Porto Alegre e o ambiente político envolto pelo Partido Republicano. Há ainda a possibilidade de elencarmos o espaço no qual nosso personagem desenvolveu sua formação em direito, a Faculdade de Direito de São Paulo, importante centro da intelectualidade brasileira. Aqui, entretanto, este último local **não será acessado**.

Quanto a Faculdade de Direito de Porto Alegre, ainda não foi feita uma investigação mais acurada sobre a atividade de Cruz naquela instituição, e, por isso, me fiarei brevemente no que já se pode dizer de sua projeção junto ao Partido Republicano Rio-grandense, proposto aqui como espaço de atuação em que ao menos uma *imagem de intelectual* pode ser vislumbrada.¹⁸

16 É importante salientar que o não assumir-se como historiador talvez fosse mesmo um artifício retórico do personagem, uma vez que Cruz era consciente da atividade de outros indivíduos que desempenhavam “oficialmente” o mister de historiador. Não se intitular como tal poderia ser uma atitude respeitosa e mesmo uma forma de aceitação ao grupo já consagrado de produtores de história escrita. Agradeço ao professor Paulo Roberto Staudt Moreira por essas considerações.

17 MARTINS, Jefferson Teles. *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais*: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956). 2015. 279 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. As palavras que destaco são conceitos que o autor apropria respectivamente do historiador Jean-François Sirinelli e do sociólogo Pierre Bourdieu. Ver MARTINS, op.cit. p.21 et seq.

18 Cabe esclarecer que ainda não existia IHGRGS no período de atuação de Alcides. Contudo, isso não implica a não existência de um campo historiográfico, mesclado pela literatura e pela política, que vinha germinando desde o XIX. Entretanto, por não constituir um “local”

O envolvimento de Cruz com o PRR se dá ainda na juventude. Ainda não me é claro o momento exato de sua filiação, mas o certo é que, já na década de 80 do século XIX, Cruz estava nas fileiras do partido. Um dos indícios que colaboram neste sentido é a sua vinculação no funcionalismo público já em 1885, como funcionário na estrada de ferro que ligava a capital a Cacequi e a Uruguaiana¹⁹. Outra pista de sua adesão efetiva ao partido foi a nomeação de Cruz como alferes secretário interino do 7º batalhão da Guarda Nacional durante a Revolução Federalista (1893-1895)²⁰. Na “notícia necrológica” publicada após seu falecimento, o periódico oficial do PRR, *A Federação*, informa que Cruz teria chegado a capitão do referido batalhão durante o conflito, além de ter trabalhado como funcionário do “Thesouro do Estado”²¹. Estas incursões por diversos cargos no serviço público, além da já referida atuação como parlamentar indicado pelo partido²², sugerem a posição de confiança de que lograva Cruz nos quadros republicanos, e indicam que nosso personagem foi peça importante na dinâmica administrativa de Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros²³.

Detenho-me agora na citada “notícia necrológica” publicada em 1916, no intuito de retomar a reflexão sobre o ambiente (nem sempre como espaço propriamente físico, mas, fundamentalmente, como uma rede relacional) do PRR e a viabilização *de um lugar de afirmação e de reconhecimento intelectual*. O texto, publicado na primeira página do periódico, carregava como título, em caixa alta, “DR. ALCIDES CRUZ”. Ocupava duas das sete colunas da diagramação, perdendo em extensão apenas para a notícia “A Guerra Européia – De que lado ficará a victoria”. Diferente desta, que vinha

propriamente dito, não elenco aqui este ambiente em desenvolvimento. Para o cenário pré-IHGRGS ver: GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *Entre tinteiros e bagadus*: memórias feitas de sangue e tinta: a escrita da história em periódicos literários porto-alegrenses do século XIX (1856-1879). Tese (Doutorado em História)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

19 Ver a já citada homenagem feita pelo IHGRGS.

20 *A Federação*, p.2, 19 de abr. 1894.

21 *A Federação*, p.1, 14 de mar. 1916.

22 Em 1905, por exemplo, *A Federação* estampava em sua primeira página: “4º districto – Eleição estadual. Tendo o dr. Arlindo da Costa Correia Leite renunciado o mandato de deputado à Assembléa dos Representantes do Estado, abriu-se uma vaga no 4º districto eleitoral. [...] Consultadas as influencias politicas das localidades que constituem o referido districto, deu-se a indicação unanime do dr. Alcides de Freitas Cruz, advogado, residente em Porto Alegre, para candidato do partido republicano.” In: *A Federação*, p. 1, 29 de dez. 1905. Grifos meus.

23 Não é o objetivo deste texto discutir a política Castilhista e Borgista, visto que o tema é abordado com recorrência na historiografia do Rio Grande do Sul. O texto de FRANCO, op. cit. oferece uma breve visão panorâmica do cenário político do período. Como leitura complementar, menciono aqui o texto de: TRINDADE, Héglio; NOLL, Maria Izabel. *Subsídios para a história do Parlamento Gaúcho* (1890-1937). Porto Alegre: CORAG, 2005.

assinada por Clotário Pinto, a notícia sobre Alcides Cruz não carregava autoria individual, sugerindo assim que o que se pretendia com o texto era apresentar uma homenagem em nome do veículo como um todo. Assim se abria a notícia:

A morte riscou, hoje, á o hora, da *nossa lista republicana de correligionarios convictos e disciplinados* o nome do dr. Alcides de Freitas Cruz.

Esse claro que acaba de abrir nas nossas fileiras partidarias rouba-nos *um dos mais dedicados servidores, a quem nos prendiam estrictos vínculos de ardor e confiança politica mutua* ²⁴

Pontuando sobre a trajetória de Cruz dentro do serviço público e reafirmando sua fidelidade partidária, o escrito seguiu por uma direção que visava enaltecer as qualidades intelectuais do noticiado, suas conquistas através da dedicação em seus estudos e, principalmente, como sua erudição contribuía para a sua própria trajetória e para os serviços prestados ao estado e ao Partido Republicano.

Nelle madrugando assim tão prematuramente o gosto do estudo e o interesse por uma leitura tanto quanto possível encyclopedica, se deu apaixonadamente a uma existencia recolhida e tenaz de estudioso, o que lhe estava valendo, em plena maturidade do espirito, uma cultura vantajosa e variada, que, além de util aos seus interesses profissionaes de advogado laborioso, conferiam-lhe autoridade sufficiente para se tornar um dos mais valiosos e modestos auxiliares e *de reconhecida confiança da suprema direcção do partido republicano riograndense.* ²⁵

Uma das leituras possíveis que se depreendem desta construção textual está vinculada à perspectiva que sugere que o PRR confiou à Cruz uma série de cargos e mesmo o reconhecimento de sua importância, tanto em vida quanto póstumo, essencialmente por suas *qualidades intelectuais*. A sequência do texto aponta neste sentido, especialmente por não haver maiores detalhes sobre a atuação do personagem como parlamentar, e nem em outras funções públicas, ficando estas atividades reduzidas à rápida menção e não à explanação. Por outro lado, o texto demora-se em enaltecer os feitos intelectuais de Cruz, mencionando suas publicações, traduções e edições, além dos reconhecimentos que teve em vida exatamente por estes

²⁴ A *Federação*, 14, de março de 1916, loc. cit. Grifos meus.

²⁵ Ibid. loc. cit. Grifos meus.

feitos. São recorrentes as passagens que reafirmam isso, como a que diz que “[...] a sua extensa illustração, quer como advogado e professor, quer literaria e scientifica, tornaram-no bastante aproveitavel na vida publica a multiplos encargos.”²⁶ Na proposta de elencar a produção de Cruz, o noticiário continua dizendo:

Lente substituto, depois cathedratico da cadeira de Sciencia da Administração e Direito Administrativo, da Faculdade Livre de Direito desta capital, escreveu duas obras didacticas de larga extracção no meio academico brasileiro, sobretudo em S.Paulo e Rio, onde uma dellas já anda na 2ª edição. *Livro Nacional que no Brasil chega á 2ª edição é obra consagrada quase de modo definitivo.* A 2ª edição, de 1914, como a primeira, de seu Direito Administrativo Brasileiro, é feita na casa Francisco Alves & Cia., do Rio de Janeiro, que adquiriu a propriedade desse livro.

Escreveu antes a unica versão autorizada dos Principios Geraes de Direito Constitucional dos Estados Unidos por Thomas Colley [sic].²⁷

A partir da leitura da “noticia necrológica” é possível, assim, perceber com alguma clareza a importância de Alcides Cruz para o PRR, e de como se elabora uma imagem pública pautada pelo exemplo intelectual. Nosso personagem não foi o que podemos chamar de “republicano histórico”, isto é, um protagonista político de força intra e extrapartidária. Homem negro²⁸, até agora não foi trazido a lume pela historiografia nem no campo intelectual, nem no campo político. É fundamental, no entanto, observar estas nuances perceptíveis nos discursos difundidos por *lugares* oficiais e de grande importância para um espaço-tempo, não no sentido de se elevar panteões ou cavar fossas comuns, como sugeriu Sirinelli na epígrafe desta seção, mas de identificar caminhos que constroem uma biografia, que evidenciam aspectos da trajetória de indivíduos que por determinados momentos perpassaram espaços legitimados e legitimantes. Não é de heróis que nos ocupamos, tampouco de párias. Ocupamo-nos, sim, de pessoas, de lugares e de tempos, e a combinação desses elementos é que

26 Ibid. loc. cit. Grifos meus.

27 Ibid. loc. cit. Grifos meus.

28 O fato de Alcides de Freitas Cruz ser negro é um dos principais objetivos da investigação do qual faz parte este recorte que por hora se conforma em artigo. Todavia, as discussões sobre racialização e protagonismo negro extrapolam o foco da presente análise e não serão abordados aqui, ficando a menção à cor registrada para que, aos poucos, os personagens negros que “adormecem” na história do Rio Grande do Sul sejam cada vez mais despertados e se façam presente.

constroem heróis e vilões, santas e alcoviteiras. Para esta reflexão é cara a conclusão do historiador francês Phillipe Levillain em seu texto sobre “Os protagonistas”: “a biografia é o lugar por excelência da *pintura da condição humana em sua diversidade, se não isolar o homem ou não exaltá-la às custas de seus dessemelhantes*.”²⁹

Em 1900, o intendente de Porto Alegre era José Montaury de Aguiar Leitão. Figura de alta confiança do PRR, Montaury estava na gestão da cidade havia três anos, e ainda haveria de fazê-lo por quase duas décadas e meia, até 1924³⁰. Naquele último ano dos Oitocentos, o intendente solicitou ao correligionário Alcides Cruz a redação de um texto sobre Rafael Pinto Bandeira. Talvez o intendente soubesse que seu colega republicano era afeito aos escritos históricos, ou talvez fora a própria administração do partido - ciente daquela predileção³¹ - que solicitara a tarefa. O fato é que, em 1900, a gênese da obra aqui analisada foi publicada pelo poder público. Ainda não conheço esta edição, mas quem informa de sua publicação é o próprio autor:

Veio-nos, a idéa da presente tarefa, tão difficil embora salutar, desde que em 1900 um illustre administrador municipal, o prestante intendente de Porto Alegre, o sr. José Montaury de Aguiar Leitão, incumbio-nos da redacção de algumas linhas acerca do remoto guerreiro, para uma publicação official que sahio n’aquelle anno: convencemo-nos, então, de que a historia de Pinto Bandeira estava por escrever, inteiramente por fazer.³²

Passo agora a analisar alguns excertos do texto de *Vida de Raphael*

29 LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. Grifos meus. Também me é cara a argumentação do historiador italiano Giovanni Levi sobre a investigação biográfica, para quem há sempre traços de excepcionalidades e normalidades nos sujeitos históricos. Segundo ele “não se pode negar que há um estilo próprio à uma época, um *habitus* resultante de experiências comuns e reiteradas, assim como há em cada época um estilo próprio de um grupo. Mas para todo indivíduo existe também uma considerável margem de liberdade que se origina precisamente das incoerências dos confins sociais e que suscita a mudança social.” In: LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. Grifos meus.

30 Para uma exposição sobre a gestão de Montaury, ver: BAKOS, Margaret Marchiori. Marcas do positivismo no governo municipal de Porto Alegre. In: *Revista Estudos Avançados*, v.12, n. 33, 1998.

31 A notícia necrológica tratada ainda há pouco dizia: “Devido aos seus trabalhos de caracter histórico, que eram uma de suas predilecções, eleito membro do Instituto Histórico e Geographico do Rio de Janeiro.” In: A Federação, *ibid.* loc. Cit.

32 CRUZ, *op.cit.* loc. Cit.

Pinto Bandeira.

3 A abertura do texto: o que nos dizem a epígrafe e a dedicatória?

A obra dedicada a Rafael Pinto Bandeira³³ é aberta com duas citações de *Scènes et doctrines du Nationalisme*, do autor francês Maurice Barrès, publicada em 1902. Autor de textos literários, jornalísticos e políticos, Barrès nasceu na cidade francesa de Chames, em 1862, e faleceu em Neuilly-sur-Seine, em 1924. Durante sua vida defendeu com fervor o nacionalismo francês e, notadamente após o caso Dreyfus (1894-1899), passou a ser um porta-voz de um discurso nacionalista antissemita e de tom amplamente conservador. Uma de suas principais obras foi *Le Cult du moi*, trilogia publicada entre os anos de 1888 e 1891³⁴. Em *Scènes et doctrines*, o autor francês desenvolve os pontos que iriam fundamentar sua visão particular sobre o nacionalismo que, grosso modo, propunha uma perspectiva de valorização da ancestralidade e da ligação com a terra³⁵.

Da obra em questão, Alcides Cruz recorta fragmentos que falam tanto sobre o nacionalismo, quanto sobre o regionalismo, oferecendo ao leitor uma iniciação sobre o que se poderá encontrar ao longo da construção textual que enaltecerá Pinto Bandeira. Um dos fragmentos diz que “La nationalité française, selon nous, est faite des nationalités provinciales”³⁶, em clara alusão aos regionalismos que culminam na nacionalidade. O ou-

33 Rafael Pinto Bandeira nasceu em 1740 e faleceu em 1795. Foi militar e contribuiu nas guerras fronteiriças durante a segunda metade do século XVIII. Bandeira teve protagonismo nas definições territoriais coloniais portuguesas, e, também por conta disso, congregou amplo poder político durante o período de sua atividade, além de ter sido um dos grandes estancieros do século XVIII. Ver, dentre outros, SILVA, op.cit.; e GIL, Tiago L. Elites locais e changadores no mercado atlântico de couros (Rio Grande e Soriano, 1780-1810). In: *Revista História Unisinos*. v. 18, n. 2, p.288-300, maio/ago. 2014.

34 Ver a breve nota biográfica sobre Maurice Barrès no portal virtual da Academia Francesa de Letras. Disponível em: <<http://www.academie-francaise.fr/les-immortels/maurice-barres>>. Acesso em 05 maio 2017.

35 O caso Dreyfus tem um peso importante no engajamento de Barrès ao anti-semitismo. Em uma passagem da obra citada, ele acusa o escritor Emile Zola, notório defensor de Alfred Dreyfus, de não ser francês por ter sua ancestralidade “para lá” dos Alpes. Diz Barrès: “M. Zola era predestinado para o dreyfusismo. Ele obedece às profundas necessidades interiores. [...] Quem é M. Zola? Eu olho para suas raízes: este homem não é um francês [...] Eu reconheço que seu dreyfusismo é o produto da sinceridade. Mas eu digo à esta sinceridade: há uma fronteira entre mim e vós. Qual fronteira? Os Alpes..” In: BARRÈS, Maurice. *Scènes & Doctrines du nationalisme*. Paris: Félix Juven Editeur, 1902.

36 BARRIÈRE apud CRUZ, 1906, p.6. Em tradução livre: “a nacionalidade francesa, segundo nossa opinião, é feita de nacionalidades provinciais”.

tro fragmento, maior e mais denso, assevera:

De todas as formas sociais usadas no gênero humano, a única completa, a mais sólida e ampla, é evidentemente a nacionalidade. Desde que se dissolveu a antiga associação conhecida na Idade Média sob o nome de Cristandade, ainda que continuasse qualquer reconhecimento à unidade do mundo romano, a nacionalidade sobra como condição rigorosa, absoluta, de toda humanidade.³⁷

Como se pode ver, trata-se de uma declaração aberta e apaixonada sobre o nacionalismo, inclusive elevando-o à condição de única via de sustentação social.

Ainda não me foi possível identificar outras menções aos textos de Barrès na produção intelectual de Alcides Cruz, mas, especificamente nesta obra da qual me ocupo, não há mais nenhuma. Um dos desafios de observar o trânsito de autores nas produções textuais é justamente encontrar vestígios das formas de leituras praticadas por aquele que lê, assimila e cita a ideia de outrem ou seu próprio texto. É possível considerar uma citação – neste caso, apenas na abertura da obra – como uma influência no pensamento de um autor? Como dimensionar as leituras feitas por Alcides Cruz e suas utilizações em textos autorais? São perguntas amplas que perpassam a análise como um todo, especificamente quando tratamos de um caso como o de nosso personagem que, em sua trajetória, acessou ambientes com alta circulação de textos e autores³⁸. Barrès foi contemporâneo de Cruz, de maneira que as discussões sobre o antissemitismo e, em última instância, sobre o racismo, chegaram até o professor porto-alegrense no calor daquelas horas. Diante disso, outra inquietação se apresenta: uma vez feita a leitura de *Scènes*, obra de alto teor propagandístico em prol de ideias xenófobas, como foi a assimilação do negro Alcides Cruz especificamente no que toca ao tema racial? Esta é outra daquelas questões ainda (e, quem sabe, permanentemente) sem resposta.

Na página seguinte à das citações do autor francês, temos a dedicatória do livro:

37 BARRÈS apud CRUZ, 1906, p.6.

38 É importante mencionar o fato de que Alcides Cruz deixou em testamento para a Faculdade de Direito de Porto Alegre sua biblioteca pessoal, composta na ocasião de seu falecimento por mais de 800 volumes. A investigação sobre sua biblioteca é também um dos principais objetivos da pesquisa que desenvolvo.

Ao Sr. Barão do Rio Branco.

Ao sabio espirito, que por mais de uma vez desceu
às *necrópoles chamadas ARCHIVOS*, para de lá desen-
tranhar, e *fazer fremirem de vida*, esses inumeros
documentos sepultados pela espessa camada dos
tempos.³⁹

Nesta dedicatória, é possível observar outra daquelas faces de Cruz. Falo do pesquisador com ganas de historiador. A dedicatória ao Barão do Rio Branco é passível de ao menos duas leituras: por um lado, aquela na qual um intelectual de atuações diversas como Cruz identifica em outro “um semelhante”, como era o caso de Rio Branco, um polivalente em se tratando de atividades públicas; por outro, o pesquisador que identifica o *método da investigação histórica* na atividade intelectual de um de seus pares, e, estritamente por essa atividade, lhe rende homenagens. Ainda que considere a primeira como uma leitura importante, prefiro me fiar à segunda, que para os fins deste texto apresenta-se mais prolífica.

Os arquivos em destaque no texto da dedicatória dão o tom de uma das principais preocupações do autor ao longo da narrativa. Cruz atribui fundamental importância aos documentos como *provas* e aos arquivos como *redutos da verdade objetiva*. Por mais de uma passagem, ele informa ao leitor da insuficiência das informações dadas por conta da inacessibilidade aos arquivos ou do desconhecimento da documentação, e o faz no intuito de demonstrar a seriedade e comprometimento com a veracidade do que fora dito. Já nas primeiras páginas que tratam da descrição física da região em que se estabeleceram os ancestrais de Pinto Bandeira, podemos ler frases como “seria mister o provar”⁴⁰ e “enquanto se nos não provar”⁴¹, além de haver a declaração de fiabilidade documental de que falei há pouco na menção ao local exato de assentamento dos membros da família Bandeira:

*Sem que se possa dos documentos por emquanto obtidos determi-
nar se a fazenda de crear era no Rio Grande do Sul ou em
Sta. Catharina, o certo é que o portuguez José Pinto Bandei-
ra constituía-se, pelo casamento com a lagunista Catharina
Brito, o tronco secular d’esses dous famosos rebentões [...].*⁴²

Na nota de rodapé desta mesma página, Cruz traz os assentos de

39 CRUZ, op. cit. p. 7. Grifos meus.

40 Ibid., p.10.

41 Ibid., p.13.

42 Ibid., p. 14. Grifos meus.

batismos dos membros da família, indicando local e livros de lavra dos documentos. A objetividade histórica estava na prova. A prova, por sua vez, estava nos documentos, e estes, por fim, estavam nas *necrópoles* chamadas arquivos⁴³.

A historiadora Maria da Glória de Oliveira, ao dissertar sobre a formação do campo historiográfico no Brasil, especialmente através da contribuição do historiador pernambucano João Capistrano de Abreu, argumenta que as diretrizes da prática da escrita da história que se configuraram no século XIX, fundamentalmente na atividade de Francisco Adolfo de Varnhagen e na de Abreu, fiaram-se no reconhecimento das fontes documentais como as ferramentas de legitimidade do discurso do historiador⁴⁴. Segundo Oliveira, “pode-se afirmar que, com Varnhagen, Capistrano partilhava uma das grandes descobertas da disciplina histórica do século XIX: o gosto pelos arquivos”⁴⁵. Ainda nas palavras da autora:

No século XIX, as práticas de instauração de fontes transformam-se em uma especialidade, e a ciência histórica desenvolve-se em torno das coleções documentais das bibliotecas, lugar onde circulam os pesquisadores. Em suma, *ir aos arquivos* torna-se uma espécie de lei tácita da disciplina histórica.⁴⁶

Em outras passagens, Cruz ainda utiliza as notas de rodapé para informar o leitor de seu afã investigativo, dizendo que “compulsamos no arquivo do bispado do Rio Grande do Sul [...]”⁴⁷ e que “o arquivo da Delegacia Fiscal, e naturalmente o do Estado, *oferecem inúmeros documentos corroboran-*

43 Não é demais evocar o fato de que a menção à necrópole talvez tivesse origem na estética um tanto obscura do Romantismo, que, especialmente em sua segunda geração brasileira, enaltecia a morte e o ambiente cemiterial como origem e fim da vida, e com a qual Cruz teve amplo contato através da literatura que abastecia sua biblioteca.

44 OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: FGV, 2013. Ver especialmente o capítulo 3. Sobre a conformação do campo historiográfico brasileiro, ver: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal Guimarães. Circulação de saberes, sociabilidades e linhagens historiográficas: dois congressos de história nacional (1914 e 1949). In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006 e VENÂNCIO, Giselle Martins. Prefigurações da paisagem historiográfica: revistas, coleções e mediação. In: GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

45 Ibid. p.67.

46 Ibid. loc. cit. Grifos da autora.

47 CRUZ, op. cit. p. 31

tes d'esta afirmativa.”⁴⁸. No arquivo, o historiador compulsa os documentos, traz a lume, “desentranha” e os fazem “fremir de vida” e, quase que em uma dinâmica de reciprocidade, a *necrópole* à qual tanto desceu Rio Branco, oferece àquele que nela desce uma *corroboração*, uma *afirmação*, uma *veracidade*.

O cuidado com as fontes, assim, se mostra constante em *Vida de Raphael Pinto Bandeira*, ficando claro que Alcides Cruz estava inserido naquele cenário de transição da pesquisa e da escrita histórica⁴⁹, e que talvez tenha feito questão de mostrar este zelo para os seus leitores, sendo eles membros de seu circuito intelectual e de ofício, ou não.

Contudo, há na biografia de Pinto Bandeira uma característica um tanto contraditória, mas que colocada dentro do significado maior da obra torna-se compreensível. Refiro-me aqui às menções que não possuem qualquer referência de origem ou aquelas que se afastam consideravelmente das características investigativas que procurei apontar no texto de Cruz até aqui. São passagens que geralmente guardam ligação com a fundação da figura heroica de Rafael Pinto Bandeira, isto é, são trechos nos quais o rigor até então registrado é sacrificado em detrimento da criação perfeita do “heroe continentino”. É da fabricação deste herói na obra de Cruz que me ocupo a seguir.

4 “Gaúcho indomito”, “guerrilheiro sul-americano”, “infatigável fronteiro”: O Rafael Pinto Bandeira de Alcides Cruz

E a centuria de bravos, legítimos cavalleiros andantes do romanesco cyclo dos heróes da Tavola Redonda, verdadeiros centauros em audacia e valor, segurança na arte de bem cavalgar, e cheios de inexcedível confiança no seu capitão, obedeceu ufana à invocação deste, e sahio galharda ao encontro das espessas cohortes inimigas, seguramente vinte vezes mais avultadas que elles⁵⁰

Em que ponto um texto historiográfico deixa de ser a transmissão dos resultados de uma pesquisa e passa a ser um texto literário? Qual a medida dos recursos estilísticos dentro de uma escrita que se pretende

48 Ibid. p.40. Grifos meus.

49 Cabe aqui ressaltar que na lista de livros presentes na biblioteca do autor encontram-se ao menos 40 obras de História do Brasil/História do Rio Grande do Sul. Dentre elas podemos encontrar as obras de Robert Southey, John Armitage, Tobias Monteiro e Oliveira Lima para o âmbito nacional, e de Alfredo Varela, Alcides Lima, João Cezimbra Jacques e Carlos Teschauer, estes, em sua maioria, contemporâneos de Cruz no âmbito regional. Entretanto, a efetiva leitura das obras, como já mencionei, é uma questão à parte.

50 CRUZ, op.cit. p.49

verossímil? Até agora procurei identificar na construção textual de Alcides Cruz certa preocupação com a veracidade das fontes ou, em uma definição pertinente àquela época, a busca comprometida com a referência corroborante da verdade. Agora, entretanto, apresentarei alguns aspectos que caminham em sentido oposto àquele do afã arquivístico, e o fragmento que abre este subtítulo bem o demonstra.

Trata-se de uma das descrições feitas por Cruz da bravura transmitida por Pinto Bandeira aos seus soldados, durante as guerras platinas que este participou no século XVIII. Ao longo da descrição, o autor procura sempre evidenciar o ímpeto guerreiro e a predestinação do biografado, quase o colocando como uma verdadeira força natural. É bem verdade que as páginas ocupadas com a descrição dos feitos de Pinto Bandeira continuam carregando os rodapés de que venho tratando até agora. Todavia, é notável a disparidade entre as que se preocupam com a fidelidade fática, e as que apenas contribuem para a construção do herói, adjetivando-o.

Durante a descrição dos episódios dos quais faz parte o trecho acima citado, há uma nota que diz:

As guerrilhas acima referidas andam desordenadamente relatadas, não só em livros (Annaes da Provincia, pelo visconde de S. Leopoldo) como até em documentos officiaes do Reino. Procuramos, se não acertar, *ao menos methodisar o assumpto* apurando *o que nos pareceu exacto* na correspondencia entre os dous comandantes belligerantes (vide o v.35 da Publicação official do Archivo Publico de S. Paulo), e no depoimento das testemunhas presenciasaes nos autos do Conselho de guerra de Raphael. Recentemente compulsamos o muito encorpado e informe volume d'esses autos no Archivo Publico do Brasil [...].⁵¹

Se por um lado Cruz outra vez se preocupa em metodizar as fontes⁵², tentando extrair o que lhe pareceu mais exato da documentação, de outro, as descrições feitas pelo autor se afastam das de um texto *científico*, nos moldes da historiografia que se desenhava no período, rumando para uma narrativa quase épica.

Outro exemplo deste paradoxo textual está no fragmento que narra a juventude do *herói* Rafael Pinto Bandeira, logo no início da seção “Açorianos – Juventude de Raphael – Início na vida militar”. O texto inicia com

⁵¹ Ibid, p.48. Grifos meus.

⁵² Saliento aqui que o “metodizar”, para além de fiar-se a um método determinado, também poderia ser um sinônimo de organização.

um parágrafo que narra o surgimento de dois entes: Pinto Bandeira e o Rio Grande do Sul.

A epocha contemporanea da formação moral do façanhudo capitão, tão insigne nos feitos quão mysterioso na vida íntima, *era exatamente a da formação politica do Rio Grande*, esse nosso continente fadado a tantas luctas, e de longe profetizado a ser <<muito batido mas nunca vencido>>. *Parallemento cresceram, tendo nascido ao mesmo tempo*. E quando Raphael falleceu, em plena maturidade fecundissima de virtudes e acções, o continente já tinha atingido a idade em que o character se tem definido e o povo já vae adquirindo uma certa consciencia dos seus actos e dos seus destinos.⁵³

Para este fragmento, há uma curiosa nota que explica o destaque da frase que endossa a invencibilidade do Rio Grande, dizendo que tal profecia eram os “vaticínios de um astrólogo colonista que viveu em Porto Alegre no século 18.”⁵⁴. É interessante observar que, se para a fidelidade dos fatos havia a preocupação explicativa e conscienciosa da presença de fontes, para a afirmação heroica de Pinto Bandeira os “vaticínios de um astrólogo” não parecem ser um problema para o rigor do autor. E, uma vez mais, as interrogações povoam os pensamentos do leitor: quais as motivações de Alcides Cruz em *contrapor* em seu texto duas formas conflitantes de construção textual?⁵⁵ Bem sei que se trata de um período de transição das formas de escrita da história e, por isso, formas distintas coexistem. Entretanto, penso que é necessário aventar algumas possibilidades implicantes na composição de nosso personagem.

Observando o excerto acima, identifica-se uma das chaves que contribuem para a compreensão do sentido da obra, qual seja, a do herói imbricado com composição de uma ancestralidade, ou, mais precisamente, o do surgimento de um exemplo congregador do sentimento pátrio. Pinto Bandeira nasce e cresce com e no solo gaúcho e, enquanto amadurece moralmente, assiste ao amadurecimento político do território. Os vaticínios confirmam, no texto de Cruz, a glória destes dois rebentos predestinados (o personagem e o território). Em um só congregam-se dois, e, no dizer do

53 Ibid. p.35. Grifos meus.

54 Ibid. loc. cit.

55 Utilizo propositalmente a *intencionalidade* da ação. Se houve ou não a intenção objetiva, não saberei dizer. Contudo, me fio da clássica proposição de Michel de Certeau, de que um autor escreve a partir de um espaço, de um lugar profundamente marcado por uma cultura e por um ethos. Ver: CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. Especialmente a primeira parte da obra.

autor, “Raphael, com justo cabimento, é pois a mais pura, a mais perfeita personificação de sua terra [...]”⁵⁶

Parece equivocado dizer que *Vida de Raphael Pinto Bandeira* tenha feito tão somente as vezes de um constructo ideológico republicano, daqueles que se propõe a elevar mitos e emblemas para um regime político⁵⁷. E tal conclusão se ampara no fato de que na altura de sua publicação – 1906, o regime já contava com sólidas bases no Rio Grande do Sul tendo, inclusive, o seu próprio herói gaúcho, Júlio de Castilhos que, tendo falecido em 1903, passou então a ser o símbolo do PRR⁵⁸. Fica, assim, a sensação de que Cruz produziu seu texto à moda própria, estabelecendo algumas bases narrativas peculiares para arrazoar formas de nacionalismo e de regionalismo⁵⁹. Estas bases se distribuem no texto em passagens como as que narram os combates entre portugueses e espanhóis.

inimigo batia as portas. D. Pedro Cevallos, o rancoroso inimigo dos portugueses, guerreiro cruel e barbaro invasor, depois da rendição da Colonia de Sacramento (1762), já talava toda a linha portuguesa do sul, ao longo do Atlantico, em penosa refrega (1764) para os nossos primitivos ocupadores.⁶⁰

Os inimigos são sempre mais cruéis. Para além das fronteiras, os que lá habitam são bárbaros. Cruz, ao descrever os espanhóis, estabelece a dicotomia *nós e eles*, aquela que coloca o outro em desvantagem em detrimento da bravura dos filhos que habitam o solo daqui. O português, açoriano e, em última instância, o colono do Rio Grande, são os defensores pátrios que aguerridos suportam as investidas de Cevallos. Os Pinto Bandeira – tanto o pai, Francisco, quanto o filho, Rafael – são, na narrativa de Cruz, aqueles que juraram defender o continente, e que retumbaram os gritos que em “uma só imprecação sahia de todos os peitos: - Morram os

56 CRUZ, op. cit. p. 35.

57 Aqui faço uma referência direta ao clássico estudo de José Murilo de Carvalho (1990) que, ao investigar as formas de propaganda do regime Republicano no Brasil, notadamente no Rio de Janeiro, sugere que a simbologia daquela proposta política visava o *imaginário social*, uma vez que, segundo o autor, é por meio dele que “se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo”. Ver: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

58 Ver TRINDADE e NOLL, op. cit.

59 Não é descartável, contudo, a tentativa de construção de mais um “herói” para o panteão republicano por parte de Cruz, além do fato de que o intento poderia ter sido uma forma de o autor contribuir com o seu próprio nome na história partidária.

60 CRUZ, op. cit. p.39. Grifos meus.

castelhanos!”⁶¹.

Seguindo a descrição dos embates, o autor escreve a sua declaração de nacionalidade que, se peca pela ausência do rigor outrora apresentado, sobra em dramaticidade e paixão:

Que importavam as convenções diplomáticas? Qual a utilidade dos ajustes regios, quando feriam o direito? Como respeitar uma razão de Estado, se nós aqui não entendíamos de nada d'isso? *Despertamos conhecendo-nos capazes de uma consciência nacional*. O pior era que o tratado de Paris, celebrado a 10 de fevereiro de 1763, estava sendo violado: cumpria devolver a Portugal a villa do Rio Grande. *Era uma nova Jerusalem que precisava ser resgatada á força do guante opróbrio dos invasores*.⁶²

O Rio Grande do Sul era a nova Jerusalém e os espanhóis, conforme o autor escreve em frase sequente, eram os sarracenos. Diante do cenário, o que se colocava à prova, para além das terras, era a consciência nacional.

Ainda no intuito de evidenciar a *construção da diferença*, Cruz apresenta João Henrique Böhm, general das forças portuguesas, e Juan José de Vértiz e Salcedo, comandante das forças espanholas. Böhm, apresentado como homem “reflectido”, “disciplinador austero”, “severo homem”, “silencioso e reservado”, e “destemido e lucido”⁶³, é contraposto a um Vértiz e Salcedo “fanfarrão maior da marca, sorrateiro e cruel”⁶⁴. Outra vez a diferença, outra vez a disparidade e, dessa dinâmica, o que frutifica é a intenção de pertencimento a uma região, a uma pátria. O mesmo vale para Rafael Pinto Bandeira, nunca diminuído, sempre “gaúcho indomito”, “guerrilheiro sul-americano”, e “infatigável fronteiro”⁶⁵.

61 Ibid. p. 40. Diante desta menção, é incontornável o texto clássico da historiadora Ieda Gutfreind, no qual são analisados os discursos de escritores exponenciais sobre a história do Rio Grande do Sul. Naquela investigação, Gutfreind estabelece duas matrizes interpretativas para as abordagens historiográficas produzidas na década de 1920, a lusitana e a platina. Cruz não foi citado pela autora mas, de acordo com a lógica de Gutfreind, talvez pudéssemos incluí-lo no rol dos “lusitanos”. Ver GUTFREIND, Ieda. *Historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992. Uma crítica sobre estas proposições interpretativas pode ser vistas em NEDEL, Letícia Borges; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *Historiografia, crítica e autocrítica: itinerários da História do Rio Grande do Sul*. In: Revista Ágora, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 161-186, jan./jun. 2005.

62 Ibid. loc.cit. Grifos meus.

63 Ibid. As menções estão respectivamente nas páginas 76 e 62.

64 Ibid. p. 76.

65 Ibid. As menções estão respectivamente nas páginas 96, 99 e 102.

CONCLUSÃO

Com efeito, podemos definir como relevante à produção de textos as senhas, explícitas ou implícitas, que um autor inscreve em sua obra a fim de produzir uma leitura correta dela, ou seja, aquela que estará de acordo com sua intenção. Essas instruções, dirigidas claramente ou impostas inconscientemente ao leitor, visam definir o que deve ser uma relação correta com o texto e impor seu sentido.⁶⁶

Não será possível concluir as reflexões que aqui apresento. Jamais foi este o meu vislumbre. Como o leitor deve ter percebido ao longo do texto, apresentei mais dúvidas do que soluções para os questionamentos. Talvez o necessário aqui seja olhar não para o biografado, mas para o biógrafo, e inquirir: qual a função sociopolítica deste tipo de construto biográfico para a formação de uma identidade histórica regional, especialmente ao longo da Primeira República?

Analisar um texto historiográfico é tarefa assaz complicada e, por maior que seja o esforço, fica sempre aquela sensação da falta. Se de um lado há a consciência de que o autor fala a partir de um lugar, do outro também há a de que o texto fala por si, apagando o autor aos poucos⁶⁷. A dinâmica autor-texto, assim, se apresenta desafiadora, e os significados do objeto que chega em forma de sentenças precisam ser lidos ora com lentes microscópicas, ora com distância e amplitude. Há que se lidar com senhas, caminhos e conexões que conformam possíveis sentidos, no intuito de compreender o passado apenas por fragmentos, por clarões. Aqui apresentei um exercício que caminhou por essas veredas, e o fez de mãos dadas com a incerteza. Melhor assim.

REFERÊNCIAS

- BAKOS, Margaret Marchiori. Marcas do positivismo no governo municipal de Porto Alegre. *Revista Estudos Avançados*, v.12, n. 33, 1998.
- BARRÈS, Maurice. *Scènes & Doctrines du nationalisme*. Paris: Félix Juven Editeur, 1902.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

66 CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: _____. (Org.) *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

67 Ver FOUCAULT, op. cit.

- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: _____. (Org.) *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- CRUZ, Alcides. *Vida de Raphael Pinto Bandeira*: ligeiras notas esparsas para a biographia do heróe continentino. Porto Alegre: Livraria Americana, 1906.
- FOUCAULT, Michel. O que é um Autor? In: _____. *Estética: literatura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- FRANCO, Sérgio da Costa. Homens de letras e a política: a política rio-grandense ao tempo do castilhismo-borgismo. *Revista Métis: história e cultura*, Caxias do Sul, v.2, n.4, p. 263-271, jul/dez. 2003.
- GIL, Tiago L. Elites locais e changadores no mercado atlântico de couros (Rio Grande e Soriano, (1780-1810). *Revista História Unisinos*, v.18, n.2, p.288-300, maio/ago. 2014.
- GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *Entre tinteiros e bagadus*: memórias feitas de sangue e tinta: a escrita da história em periódicos literários porto-alegrenses do século XIX (1856-1879). 2012. Tese (Doutorado em História)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino jurídico e política partidária no Brasil*: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937). 2005. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal Guimarães. Circulação de saberes, sociabilidades e linhagens historiográficas: dois congressos de história nacional (1914 e 1949). In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil*: 1838-1857. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- _____. Do litoral para o interior: Capistrano de Abreu e a escrita da história oitocentista. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. (Orgs.) *Repensando o Brasil do Oitocentos*: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- GUTFREIND, Ieda. *Historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992.
- HOMENAGEM a Alcides Cruz no centenário de sua morte. IHGRGS, 30 março 2016. Disponível em: < <http://www.ihgrgs.org.br/fragmentos/Bibliote>

ca%20-%20Homenagem%20Alcides%20Cruz.pdf>. Acesso em 20 maio 2017.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de JANEIRO: Editora FGV, 2003.

MAIA, Júlio Joaquim Gonçalves. *Lista Geral dos Bachareis e Doutores formados pela Faculdade de Direito de S. Paulo e dos Lentes e Directores Effectivos até 1900*. São Paulo: Secretaria da Faculdade de Direito de São Paulo, 1900.

MARTINS, Jefferson Teles. *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)*. 2015. 279 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

NEDEL, Leticia Borges; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Historiografia, crítica e autocrítica: itinerários da História do Rio Grande do Sul. In: *Revista Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 161-186, jan./jun. 2005

OLIVEIRA, Maria da Gloria de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatthy Pesavento. O que se lia na velha Porto Alegre: do romance da vida para a vida levada como um romance. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. (Orgs.) *Impresso no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

_____. Quando a nação é, sobretudo, uma questão de sensibilidade. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. (Orgs.) *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SANTOS, João Pedro dos. *A Faculdade de Direito de Porto Alegre*. Porto Alegre: Síntese, 2000.

SILVA, Augusto da. *Rafael Pinto Bandeira: de bandoleiro a governador. Relações entre os poderes privado e público no Rio Grande de São Pedro*. 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (Org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

- TORRESINI, Elisabeth W. Rocha del. Breve história da circulação de livros, das livrarias e editoras no Rio Grande do Sul (séculos XIX e XX). In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. (Orgs.). *Impresso no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- TRINDADE, Hélió; NOLL, Maria Izabel. *Subsídios para a história do Parlamento Gaúcho (1890-1937)*. Porto Alegre: CORAG, 2005.
- VENÂNCIO, Giselle Martins. Prefigurações da paisagem historiográfica: revistas, coleções e mediação. In: GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.